Por Walther Castelli Jr.

Vivemos hoje, como se sabe, na sociedade do conhecimento, cujos valores centrais são a produtividade e a inovação, aplicações do conhecimento ao trabalho. Nesta sociedade, assiste-se a dois fenômenos complementares: o da escolarização das empresas e o do "empresariamento" da escola.

O primeiro decorre do fato de que os conhecimentos acumulados, tanto pelos profissionais que chegam às empresas egressos da sua formação inicial como pelos que já se encontram trabalhando nelas, sofrem uma obsolescência rápida e precisam ser constantemente renovados. Isso obriga as corporações a se tornarem "organizações aprendentes" (learning organizations), ou seja, obriga-as a estar em constante processo de aprendizagem.

O "empresariamento" da escola, por sua vez, além de ser uma resposta necessária ao acirramento da concorrência, também o é à necessidade social de que as pessoas estejam à altura dos desafios e da complexidade da vida contemporânea. Noutros termos, cresce a cada dia a consciência de que a posse de um diploma não garante emprego nem bem-estar. Além dos diplomas, a escola deve, portanto, produzir para seus clientes resultados que se traduzem no acesso a conhecimentos específicos e no desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao mundo do trabalho e ao convívio social.

O que parece ficar claro é que, se as empresas se ocupam da educação de seus recursos humanos, muitas vezes preenchendo lacunas geradas no processo de formação inicial dos indivíduos, a escola propriamente dita tem o dever de fazê-lo, inclusive para justificar sua existência. E chamando para si essa responsabilidade pode, inclusive, ampliar seu repertório de disciplinas e cursos.

Em seu livro Sociedade pós-capitalista, publicado no Brasil pela editora Pioneira, Peter Drucker afirma que, na sociedade do conhecimento a diversificação das demandas em relação à escola deverá produzir a conseqüente diversificação da oferta de propostas educacionais, voltadas para diferentes grupos de interesse e suas necessidades específicas.

A Lei de Diretrizes e Bases e a reforma curricular do ensino médio possibilitaram às escolas, respectivamente: a) a construção de seu projeto político-pedagógico em função das necessidades das comunidades a que servem, ou, no caso das instituições privadas, de suas clientelas; e b) a inclusão de uma parte diversificada na composição dos currículos; exatamente para gerar os espaços necessários ao atendimento de especificidades locais.

Para Drucker, o problema de decidir qual é a melhor escola se resolve com o critério da "responsabilidade". É responsável a escola que entregue efetivamente aos educandos, que acreditaram em sua proposta, aquilo que eles vieram buscar ali. Esse é o critério de sua qualidade.

O gestor educacional não deve perder tal conceito de vista ao planejar o que fará a instituição em que atua. E deve considerá-lo ao qualificar suas parcerias e seus fornecedores, que devem ter capacidade de atendimentos adequados a necessidades especiais de cada instituição.

Walther Castelli Jr é diretor do Sistema de Ensino Integral. Mestrando pela Unicamp, concluiu cursos de Gestão de Projetos Editoriais pelo Centro de Formación Publish, de Madrid e pelo Bookhouse Trainning Center, de Londres.

Sugestão de olho
"É responsável a escola que entregue efetivamente aos educandos, que acreditaram em sua proposta, aquilo que eles vieram ali buscar. Esse é o critério de sua qualidade"